

MARIA AUGUSTA TIBIRIÇÁ
MIRANDA E HELGA HOFFMANN:
PRESENÇA FEMININA NOS
CADERNOS DO POVO BRASILEIRO
NOS ANOS 1960

*Angélica Lovatto*¹

RESUMO

Este artigo aborda a presença feminina na Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, publicada de 1962 a 1964, através de duas autoras: Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann. A primeira confrontou o forte domínio estrangeiro na indústria farmacêutica no Brasil, propondo sua nacionalização; a segunda escreveu sobre o planejamento que o Brasil deveria buscar para superar o subdesenvolvimento. Essa Coleção da área das Ciências Sociais foi promovida pelo ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64) e editada pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: ISEB. Cadernos do povo brasileiro. Maria Augusta Tibiriçá Miranda. Helga Hoffmann.

¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), sediado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Faz Doutorado em Ciências Sociais na mesma Universidade. End. eletrônico: angel.lovatto@gmail.com

MARIA AUGUSTA TIBIRIÇÁ MIRANDA E HELGA HOFFMANN:
THE FEMININE PRESENCE IN THE *CADERNOS DO POVO*
BRASILEIRO IN THE 1960S

ABSTRACT

This article analyzes the feminine presence in the *Cadernos do povo brasileiro* collection, published from 1962 to 1964, made by two women: Maria Augusta Tibiriçá Miranda and Helga Hoffmann. The first confronted the strong foreign dominance of the pharmaceutical industry in Brazil, proposing its nationalization; the second wrote about the economic planning that Brazil should seek in order to overcome underdevelopment. This collection in the area of the social sciences was sponsored by ISEB – Superior Institute of Brazilian Studies (1955-64) and published by Brazilian Civilization in Rio de Janeiro.

Keywords: *Cadernos do povo brasileiro*. Maria Augusta Tibiriçá Miranda. Helga Hoffmann.

Das mulheres nos anos 1960 marcaram presença numa polêmica Coleção chamada *Cadernos do povo brasileiro*: a médica e escritora Maria Augusta Tibiriçá Miranda e a filósofa e economista Helga Hoffmann. À época, eram duas jovens promissoras: uma com forte atuação na área da saúde pública, e outra na militância de organizações estudantis, nos âmbitos secundarista e universitário. Neste artigo, contaremos um pouco de suas histórias e um pouco de sua contribuição intelectual naquele período, fruto da atuação dessas mulheres nos movimentos citados.

Para tanto, introduziremos o artigo com algumas breves noções sobre a problemática das questões de gênero, em seguida caracterizaremos a proposta da Coleção onde as autoras escreveram e seu respectivo contexto histórico. Na sequência, apresentaremos a trajetória das autoras e, por fim, a reflexão feita por elas em cada um dos volumes dos quais foram responsáveis, a saber: *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (MIRANDA, 1963) e *Como planejar nosso desenvolvimento?* (HOFFMANN, 1963).

A PROBLEMÁTICA DO TRATAMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO

A discussão de gênero é uma tarefa complexa. Porém, não faz parte do escopo deste artigo – nem poderia ser o caso – traçar um quadro completo dos problemas advindos do tratamento dessas questões. Nossa intenção foi apenas, nesta breve introdução, pontuar essa complexidade teórica, histórica e prática para poder apontar a relevância da contribuição de duas autoras na Coleção *Cadernos do povo brasileiro*. Fazer este retrato na parte inicial do artigo, portanto, serve ao propósito de apresentar os aportes teóricos sobre os quais a nossa análise sobre o trabalho das autoras foi construída. Não significa que as próprias autoras tivessem consciência desses aportes sobre as questões de gênero em plena década de 1960. E nem poderiam, pois aquela época ainda não dispunha do vasto campo de estudos sobre as relações de gênero que estão disponíveis hoje. As autoras apresentam – dentro da proposta da Coleção – reflexões sobre temas que envolvem a miséria, a fome, o subdesenvolvimento. Elas não fazem um trabalho sobre o movimento feminista na década de 1960, nem sobre o fato de serem mulheres em um ambiente intelectual cuja presença feminina era ainda incipiente. Mesmo assim, acreditamos que seja relevante para as Ciências Sociais registrar a *presença* feminina numa Coleção que marcou época por ter sido um dos maiores fenômenos editoriais no Brasil, no século XX, chegando a vender quase um milhão de exemplares.

Os *Cadernos* foram publicados a partir de 1962 e contaram 28 volumes até serem sumariamente encerrados por imposição do golpe militar, em 1964. Embora apenas duas mulheres tenham registrado essa presença em suas páginas é importante esclarecer que a temática sobre a mulher permeou outros volumes da Coleção, independentemente da autoria feminina, ou seja, mesmo sendo publicados num momento em que as questões de gênero ainda não tinham o enfoque e a relevância de hoje. Portanto, até neste ponto os *Cadernos* foram pioneiros. Autores como Francisco Julião (1962), Nelson Werneck Sodré (1962), Osny Duarte Pereira (1962), Theotônio dos Santos² (1962), Paulo Schilling (1963), Nestor de Holanda (1963), Franklin de Oliveira (1963), Jorge Miglioli (1963), entre outros, abordaram a condição feminina na perspectiva da mulher camponesa e operária frente às questões de sua emancipação política, jurídica, social etc.

² À época o autor assinava como Theotônio Júnior.

Apenas a título de registro – pois seria tema amplo para desenvolvimento em outro artigo – seguem alguns exemplos da abordagem desses autores sobre a questão da mulher: o estabelecimento do voto feminino a partir da década de 1930; o papel da mulher camponesa na formação e no avanço das Ligas Camponesas; a precarização do trabalho feminino no campo; os direitos femininos na justiça do trabalho (maternidade, aposentadoria etc.); os limites da cidadania feminina na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”; o papel da mulher nas greves operárias; a situação da mulher nos países socialistas; a superexploração feminina no capitalismo; a degradação moral da mulher pobre e a problemática da prostituição; o estupro de mulheres do campo por capatazes; a alienação das mulheres de classe média e alta; a mortalidade feminina, com média de 32 anos de vida em plena década de 1960; a remuneração do trabalho feminino em média inferior ao dos homens; a situação da mulher em outros países latinos em massacres promovidos pelo imperialismo norte-americano.

Enfim, esses e outros temas foram tratados nos *Cadernos* dentro da preocupação geral com a luta de classes e do papel da mulher nesse âmbito, no início dos anos 1960. É importante registrar que, desde então, a contribuição feminina cresceu nas Ciências Sociais como um todo, e no Brasil em particular – mesmo que de forma ainda insuficiente – fruto do próprio avanço da participação das mulheres na ocupação dos espaços acadêmicos e intelectuais. Porém, isso só aconteceu em função de um incomensurável esforço da participação ativa das mulheres nos movimentos político-sociais e emancipatórios, que tornaram visíveis suas práticas políticas. Mas ainda há muito a fazer.

Tratar, portanto, da questão de gênero sempre traz dificuldades, no mínimo, de ordem histórica e teórica. A perspectiva aqui adotada – como ficou demonstrado anteriormente – distancia-se daquela que ganhou corações e mentes na academia, demonstrada num estudo de Renata Gonçalves (2009): os dos estudos de gênero que, ao destacar a dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, acabou por negligenciar o vínculo com suas bases materiais. Em nossa concepção, não se trata de excluir a questão feminina do âmbito mais geral da luta de classes, mas – igualmente – não se pode cair na armadilha de abordá-la como questão “específica” que acaba por ser diluída no discurso da proeminência das questões “gerais”. Neste sentido – e acompanhando a reflexão feita em outra análise de Gonçalves (2003) –, é sabido que, em várias tentativas de transformação social,

mesmo para os principais dirigentes revolucionários socialistas³, muitas vezes o movimento feminista foi visto como um problema, seja porque as mulheres possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política, seja porque o esforço especial para sua emancipação vinha acompanhado do temor de que comprometesse as realizações dos chamados objetivos fundamentais da revolução (GONÇALVES, 2003, p. 125). A postura política de considerar o movimento feminista uma espécie de desvio que poderia provocar uma divisão – pelo menos momentânea – dentro do proletariado, entre os interesses dos homens e o das mulheres

consolidou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”. Neste contexto, as mulheres não ganharam, no campo das lutas concretas, a visibilidade necessária. Representavam, de alguma forma, ou um grupo de apoio ou um grupo solitário. Nos dois casos não houve espaço para a *unidade*. (GONÇALVES, 2003, p. 125-126)

O caso brasileiro não foi diferente. A este respeito, Pinto (2003) enfatiza que o desenvolvimento do feminismo no Brasil ocorreu sobre um permanente paradoxo: lidar com a autonomia do movimento e lutar contra a ditadura militar no país, o que, segundo a autora “foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (Pinto, 2003, p. 45).

A permanência dessa fragmentação ainda é acentuada. Segundo Gonçalves, se pensarmos apenas em termos de América Latina, “este fosso persistiu ao longo das três últimas décadas; o que pode ter contribuído para a fragmentação e recuo dos movimentos sociais” (2003, p. 126). A hipótese que formula para responder por que isso continua a acontecer, não se limita ao plano dos “desvios” ou “traições” que a questão feminina eventualmente tenha sofrido, porque essa superficialidade não explicaria a essência do problema. Para a autora, este fosso se deve “a determinações muito concretas da dominação capitalista de classe”, explicando que essas determinações têm sido “sistematicamente ignoradas teórica e praticamente”, mas foram sistematicamente repostas “pelos movimentos voltados para a transformação social” (*Ibidem*).

³ Lenin e Trotsky, para ficar só nesses dois exemplos, defenderam que a construção do socialismo passava pela libertação feminina, sem o quê o socialismo e uma democracia integral e durável não seriam possíveis.

Heleieth Saffioti, uma das pioneiras dos estudos sobre mulheres na sociedade de classe no Brasil, também trata da questão a partir deste prisma e não deixa de atribuir importância nem à questão de gênero, nem à questão da luta de classes. Em artigo que examina a violência de gênero, ela chama a atenção para

o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não somente em virtude de ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó. (SAFFIOTI, 1997, p. 61).

A autora defende a articulação dialética entre *identidades* e *diferenças*, como forma de superar os problemas de ordem teórica e prática que envolvem as questões de gênero. Considera também que esta articulação – quando devidamente realizada – parece responder pelo encontro entre o ser *singular* e o ser *genérico*. Assim, “a identidade de gênero equaliza todas as mulheres, de um lado, e todos os homens, de outro. Todavia, nenhum indivíduo é igual a outro, nem no contingente feminino, nem no masculino”, expressando a singularidade de cada um. Analogia e diferença integram “o sentimento pessoal e o reconhecimento da sociedade de pertinência de alguém a uma categoria social (gênero e raça/etnia) ou a uma classe social” (*Ibidem*, p. 68). Por isso a autora denomina essa integração como um nó, efeito da tripla constituição do sujeito: gênero, raça/etnia e classe. Um sujeito que é múltiplo, contraditório, mas não fragmentado. Tratar a questão de gênero sob este ângulo é sempre um desafio.

Saffioti (2003) destaca que “o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais. Não apenas o sujeito coletivo, mas também o sujeito individual não é senão a história de suas relações sociais” (2003, p. 35). E a complexidade é ainda maior quando se constata que, conforme outro estudo de Saffioti (2004), as relações de gênero são contraditórias e advêm das sociedades organizadas nos moldes patriarcais, cujo vetor de poder se expressa na dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, impondo a assimetria, a contradição, a desigualdade social.

Feita esta breve introdução, é importante destacar que, antes de percorrer as trajetórias e as reflexões de Maria Augusta e Helga Hoffmann, faz-se necessária uma abordagem do significado dos *Cadernos do povo brasileiro* e dos temas discutidos na Coleção.

A PROPOSTA DA COLEÇÃO ONDE AS AUTORAS ESCREVERAM E CONTEXTO HISTÓRICO DA PUBLICAÇÃO⁴

A Coleção foi publicada a partir de 1962. Embora já tenham se passado quase cinco décadas, isso não significa, portanto, que naquele momento, no Brasil, a contribuição feminina em particular e a questão da mulher em geral, estivessem ausentes. Pelo contrário, entravam em crescimento em meio à efervescência que caracterizava as lutas sociais no período pré-1964. Aliás, todo esse período – fundamentalmente a partir dos anos 1950 – trouxe uma miríade de questões a propósito da superação do subdesenvolvimento brasileiro, num momento decisivo da Guerra Fria. Os frutos desse momento no Brasil, tanto do ponto de vista das lutas sociais como dos movimentos artístico-culturais, trouxeram uma inquietação muito profícua: a bossa nova, o cinema novo, o teatro de arena, a arte na rua, o CPC da UNE⁵, as reformas de base, as Ligas Camponesas, o crescimento das greves operárias. A maioria das questões vinha acompanhada do adjetivo *novo*, e até mesmo foi inaugurada uma *nova* e moderna capital: Brasília.

Nesse ambiente político-cultural candente surgiram os *Cadernos do povo brasileiro*, lançados com o objetivo de discutir justamente os caminhos para uma intervenção concreta nas lutas sociais do Brasil e, no limite, na própria revolução brasileira. A novidade desta Coleção era a linguagem acessível com que tratava de temas ligados às Ciências Sociais e aos problemas brasileiros. Sua propagação se deu como um estopim, pois tinha formato de bolso – que facilitava sua divulgação de *mão-em-mão* – e uma alta tiragem, em torno de 20 mil exemplares, sem contar as reedições. Cada volume era caracterizado por uma pergunta explosiva sobre os temas daquele momento histórico, tais como: *Por que os ricos não fazem greve?*⁶ escrito por Álvaro Vieira Pinto (1962), ou *Quem dará o golpe no Brasil?* de Wanderley Guilherme dos Santos (1962), *Que é a revolução brasileira?* de Franklin de Oliveira (1963), ou ainda *Como atua o imperialismo ianque?* de Sylvio Monteiro (1963).

Basta transportar-se ao contexto desse momento histórico, para entender a intensidade que esses títulos traziam para o candente debate da época.

⁴ As reflexões realizadas neste artigo permeiam aspectos de minha tese de doutorado “Os *Cadernos do povo brasileiro* e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira”, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP.

⁵ CPC – Centros Populares de Cultura, da União Nacional dos Estudantes (UNE).

⁶ Este *Caderno* teve várias edições e chegou ao impressionante número de venda de 100 mil exemplares. (Cf. SILVEIRA, 2003).

A COLEÇÃO CADERNOS DO POVO BRASILEIRO E A PROBLEMÁTICA DO NACIONALISMO

A influência dos *Cadernos do povo brasileiro* no debate ideológico da realidade brasileira no pré-64 foi caracterizada pelas lutas em prol das reformas de base, movimento que se intensifica durante o governo João Goulart (1961-64)⁷. Nesse sentido, os *Cadernos* tiveram presença marcante no intenso debate nacionalista da época, isto é, na fase do *nacionalismo reformista*. A denominação que aqui adoto, faz parte da periodização estabelecida no estudo de Lúcio Flávio de Almeida (1995), *Ideologia nacional e nacionalismo*, onde o nacionalismo-populista é classificado nas seguintes fases: de 1930-45 nacionalismo militar; de 1951-54 nacionalismo trabalhista; de 1955-60 nacionalismo triunfante e de 1961-64 o *nacionalismo reformista*, de que estamos tratando. Neste livro, Almeida problematiza o recurso acrítico a algumas noções fortemente carregadas de ideologia. O autor se contrapõe a algumas vertentes de análise como, por exemplo, aquelas teses que abordam o nacionalismo populista como homogêneo. Contra essa perspectiva, ele defende que essa ideologia apresentou aspectos de continuidade e de ruptura ao longo de 1930-64 e, em cada uma de suas fases, sofreu diferentes apropriações sociais.

Esse debate nacionalista, à época, tinha uma terminologia muito conhecida nas lutas sociais: ser *nacionalista* significava, *grosso modo*, estar ao lado da defesa da soberania nacional – simbolizada principalmente pela campanha “O petróleo é nosso”, considerada por muitos como um dos maiores movimentos de massa que o país já assistiu; ser *entreguista* significava, em contrapartida, estar ao lado dos interesses do imperialismo americano, e, *via de regra*, denotava uma posição pejorativa.

Portanto, a terminologia *nacionalismo* versus *entreguismo* era corrente não só nos *Cadernos do povo brasileiro* como, de uma maneira geral, em todo o debate formal ou informal que se realizasse sobre a realidade brasileira, dentro ou fora dos partidos, dentro ou fora das universidades, dentro ou fora dos sindicatos etc. Essa terminologia cumpriu, portanto, uma importante função social naquele período.

⁷ As Reformas de Base derivam, na verdade, da proposta do Partido Comunista, a partir da “Declaração de Março de 1958”, de defender *reformas de estrutura*, ou seja, reformas que fossem trabalhadas com vistas aos objetivos estratégicos de uma revolução brasileira por etapas (primeiro a revolução democrático-burguesa, depois a revolução socialista). A adesão popular às reformas de base foi intensa e propunha: a reforma agrária, a reforma universitária, a reforma bancária, entre outras.

Os *Cadernos* estavam fortemente marcados, entre outras coisas, pela produção teórica do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964), no Rio de Janeiro. Este instituto ficou conhecido por possuir pelo menos duas fases bem distintas: uma fase que correspondeu ao período do quinquênio juscelinista,⁸ de orientação marcadamente nacional-desenvolvimentista; e uma fase final que correspondeu ao período janguista, que é comumente chamado de *último ISEB*. Os *Cadernos* nasceram nesta última fase. Foi um período onde o ISEB adotou posições mais radicais, afastando-se gradualmente da tônica desenvolvimentista, passando a adotar um discurso mais agressivo.

O *último ISEB* foi dirigido por Álvaro Vieira Pinto, que propôs o nascimento dos *Cadernos do povo brasileiro*. Devido a cortes de verba por parte do Estado brasileiro, o Instituto não conseguia publicar a Coleção e foi assim que surgiu o apoio imprescindível do editor Ênio Silveira,⁹ da Editora Civilização Brasileira. Este último e Vieira Pinto passaram a coordenar a Coleção, cujo objetivo era ser um instrumento para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional. Vieira Pinto convidou ex-alunos seus da Faculdade Nacional de Filosofia – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – para contribuir com textos para os *Cadernos*. Outro importante nome para a Coleção, neste caso autor já consagrado, foi o do historiador Nelson Werneck Sodré¹⁰, que escreveu o volume *Quem é o povo no Brasil?* (1962)¹¹.

Em síntese, o ISEB teve fases, objetivos e, conseqüentemente, *publicações distintas*, isto é, cada objetivo correspondeu a um tipo de público-alvo: na fase juscelinista, o objetivo era instrumentalizar a *burguesia brasileira* com um projeto nacional-desenvolvimentista; no *último ISEB* era instrumentalizar as

⁸ De acordo com o estudo de Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias* (1982). Este autor chega a propor três fases para o instituto. Por isso, há distintas periodizações do ISEB, como por exemplo, a de Hélio Jaguaribe, considerado o mentor intelectual do Instituto, que aparece num artigo escrito especialmente para a Coletânea que comemorou os 50 anos do ISEB, em 2005 (Cf. TOLEDO, 2005).

⁹ Ênio Silveira foi figura emblemática da propagação da cultura brasileira e pioneiro na renovação dos parâmetros editoriais do livro no Brasil. Ele e sua editora, Civilização Brasileira, foram um marco de resistência política após a ditadura militar de 1964. Mais detalhes em Silveira (2003) e Felix (1998).

¹⁰ Maiores detalhes sobre esse volume dos *Cadernos* em Lovatto (2006).

¹¹ Dos 28 volumes, 25 trataram de temas de caráter histórico-político e/ou econômico-sociais. E esses três volumes extras de caráter cultural.

massas trabalhadoras. Na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro presente nas publicações apontava, majoritariamente, apenas para uma redefinição da dependência; na última, os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente antiimperialista.

Para sua divulgação no território nacional, os coordenadores buscaram o apoio do CPC da UNE. Essa estratégia popularizou os *Cadernos* de maneira intensa. Foi nesse momento que surgiram os volumes extras da Coleção, de caráter artístico-cultural, chamados de *Violão de rua – poemas para a liberdade*¹². Essa parceria inédita entre ISEB, Civilização Brasileira e CPC da UNE provocou a ira das forças reacionárias presentes no IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, e no IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática¹³. Tanto que, nos primeiros dias de abril de 1964, os prédios da UNE e do ISEB, no Rio de Janeiro, foram depredados. Os documentos foram apreendidos pela repressão ou consumidos pelo fogo. Portanto, os *Cadernos* – bem como outras publicações brasileiras – não escaparam à censura implacável da ditadura militar e por isso, como já se referiu, foram abruptamente interrompidos em 1964.

A PRESENÇA FEMININA NOS CADERNOS – MARIA AUGUSTA TIBIRIÇÁ MIRANDA E HELGA HOFFMANN: TRAJETÓRIAS E REFLEXÕES

Como mencionamos anteriormente, não se trata de analisar e/ou explicar a pouca presença das mulheres na Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, mas de registrar que duas mulheres deram uma importante contribuição naquela publicação. A presença de mulheres nos meios intelectuais e políticos ainda dava seus passos iniciais, embora jamais tivesse sido completamente ausente. Sem cair no personalismo, talvez isto faça de Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann mulheres que se destacaram ao contribuir tanto com o pensamento

¹² Esses dois institutos faziam uma campanha de *agitação e propaganda* de direita, alertando contra o “perigo” comunista. Chegaram a execrar publicamente – em propaganda na televisão – um dos *Cadernos do povo brasileiro*. Essa campanha influenciou muito as camadas médias conservadoras, daí a depredação dos prédios do ISEB e UNE, no Rio de Janeiro, quando do golpe de 1964. Em São Paulo, essa mobilização reacionária organizou a “Marcha da família com Deus pela liberdade”.

¹³ Mais detalhes em Sodré (1978).

social brasileiro, como com intervenções muito diretas na economia e na política brasileira, como veremos a seguir.

Dentro da proposta dos *Cadernos do povo brasileiro*, a preocupação com a relação entre fome e saúde – uma das tônicas da Coleção – aparece diretamente no trabalho escrito por Maria Augusta Tibiriçá Miranda. Quando o diagnóstico de uma doença é a fome, a questão se torna muito mais complexa. Por isso, não foi sem motivo que o editor Ênio Silveira convidou-a para escrever o volume 11 da Coleção. Sua mãe, Alice Tibiriçá, médica, havia ficado conhecida por tomar iniciativas em campanhas médico-sociais, tais como: assistência aos lázaros e defesa contra a lepra, amparo aos psicopatas, prevenção da tuberculose, melhores condições de vida para os cegos, dentre outras. A filha seguiu o mesmo caminho combatente da mãe: formou-se em medicina e também dedicou-se à difícil tarefa de ser uma defensora da saúde pública num Brasil ainda consumido pela fome, miséria, analfabetismo e doenças.

Mas Maria Augusta não limitou sua contribuição às Ciências Sociais escrevendo *apenas* sobre a importante relação entre fome e saúde. Ela também escreveu sobre outro tema candente das lutas do pré-64, publicando o livro: *O petróleo é nosso – a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal* (1983). Participou ativamente da campanha do monopólio estatal do petróleo que tanto mobilizou os brasileiros desde, pelo menos, o final da década de 1940. Ainda em 1948, a autora representou o Centro Democrático Catete-Laranjeiras no ato público que lançou o Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, realizado na ABI – Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Se ainda hoje essa luta é importante – e revela-se como fator de defesa da soberania nacional – imagine-se então naquele momento, onde a luta revestia-se de pioneirismo em pleno pós-Segunda Guerra, com a divisão do mundo em dois blocos, num clima intenso de disputa da Guerra Fria. Sem falar da infeliz posição do Brasil, que “entrava” nessa guerra na condição de ser disputado. Portanto, defender qualquer tipo de soberania – e ainda mais num setor tão absolutamente estratégico para o capitalismo – significava um confronto direto com a força imperialista do setor ocidental da Guerra Fria, notadamente os Estados Unidos.

Maria Augusta nasceu em 1917, na capital paulista. Desde a conclusão de sua Faculdade de Medicina, na década de 1940, integrou-se a vários movimentos de luta. Não foi somente até 1964 que ela batalhou pelo monopólio estatal do petróleo no Brasil. Ela integrou, na Constituinte em 1986-88, a Comissão em

Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e contra os contratos de risco. Em 1989, quando da criação do MODECON – Movimento em Defesa da Economia Nacional – representou duas entidades médicas em que militava: a Sociedade de Medicina e Cirurgia e a Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro. Mais tarde passou a presidir o MODECON. Hoje, com incríveis 92 anos, ainda concede entrevistas e, na mais recente, em setembro de 2009, a Paulo Henrique Amorim, fez considerações a respeito do pré-sal, afirmando que esta descoberta representa a continuação da luta iniciada na campanha “O petróleo é nosso”. Falou também da mudança de posição de Fernando Henrique Cardoso em relação ao monopólio estatal do petróleo, na medida em que seu governo foi o responsável por sua flexibilização, considerada por muitos uma privatização na prática. A autora testemunha que FHC, assim como sua família, participou intensamente da campanha do monopólio estatal do petróleo nos idos de 1948-53 e anos seguintes. Seu pai, General Leônidas Cardoso e seu tio Felicíssimo Cardoso dela participaram. E FHC chegou a ser o vice-presidente do Centro Paulista de Estudos do Petróleo. Em seguida afirma decepcionada: “Depois, o Fernando Henrique esqueceu tudo e nunca mais tocou no assunto”, e completa dizendo que “Ele traiu o pai, o tio e a ele próprio” (MIRANDA, 2009).

Outra mulher que escreveu para os *Cadernos* foi Helga Hoffmann. A autora tem a mesma origem de uma série de escritores dessa Coleção: ter se formado na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, dentro da estratégia de Álvaro Vieira Pinto – professor da FNF – de trazer para o ISEB alunos recém-egressos para contribuir com a Coleção. Hoffman participou dos quadros do ISEB de 1959 até 1964.

Nascida em Santos, em 1938, Helga Hoffmann – de origem alemã¹⁴ – participou, em sua juventude, de organizações estudantis: em 1956 foi presidente da UNES – União Nacional dos Estudantes Secundaristas¹⁵ e, em 1957, participou da UJC – União da Juventude Comunista (Cf. HOFFMANN, 2005). Nunca chegou a se filiar ao Partido Comunista, mas se auto-definia na juventude como uma comunista. Chegou a passar nove meses na União Soviética em 1961, mas declarou que, gradativamente – e muito influenciada pela denúncia, desde 1956, dos crimes

¹⁴ Helga Hoffmann participa mais tarde do processo de unificação da UNES – União Nacional dos Estudantes Secundários, com a UBES – União Brasileira de Estudantes Secundários. Depois da unificação, em 1957, prevalece o nome UBES.

¹⁵ O principal expoente e articulador dessas posições foi Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia. João Goulart chegou a manifestar simpatia pela adesão ao terceiro-mundismo.

de Stalin – foi se afastando do comunismo, segundo seu próprio depoimento. Ainda em 1962 fez, no Brasil, um curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico – TDE, que na época era organizado pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (da ONU) e pelo BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Foi nessa época que se qualificou para escrever o tema do volume 14 dos *Cadernos: Como planejar nosso desenvolvimento?* (1963).

Com a extinção do ISEB pelo golpe militar, Hoffmann foi obrigada a procurar novas alternativas dentro das dificuldades impostas pela ditadura militar. Procurou formação definitiva na área de Economia e fez a Fundação Getúlio Vargas, afastando-se da Filosofia, pelo menos profissionalmente. Foi professora da UNB – Universidade de Brasília de 1969 a 1973, mas foi desligada quando se descobriu que ela havia sido demitida do ISEB por um Ato Complementar do AI-5 (isso impedia a pessoa de voltar a ser contratada em qualquer órgão público ou estatal). Segundo o reitor da UNB, sua estada naquela Universidade devia-se a um “erro jurídico” (HOFFMANN, 2005). Concluiu doutorado na Universidade de São Paulo, em 1972. Trabalhou fora do Brasil de 1973 a 1998. Foi nessa época que estudou em Cambridge (Inglaterra) e fez carreira por 17 anos na ONU, onde tornou-se Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da CEPAL. Aposentou-se em 1998, ainda trabalhou três anos no Chile, e voltou definitivamente ao Brasil, por volta de 2001. Desde então tem se dedicado a palestras e artigos.

A REFLEXÃO DE MARIA AUGUSTA TIBIRIÇÁ MIRANDA SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Ao escrever o volume *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (1963), Maria Augusta foca sua atenção no perigo que uma área tão necessária à saúde do brasileiro estivesse sob predomínio de uma indústria com objetivos *não nacionais*. O texto é fruto de uma conferência realizada pela autora, intitulada “Indústria farmacêutica e capital estrangeiro”, em 3 de outubro de 1961, nas comemorações do 8º. aniversário da Petrobrás. Ela afirma que esse tema era importante, pois, após a vitória na campanha nacional pelo monopólio estatal do petróleo – embora constantemente alertas naquela época para preservar a Petrobrás das sucessivas investidas dos trustes – era importante voltar a atenção para outros ramos da economia nacional atingidos pela desnacionalização. Como quase tudo na vida de Maria Augusta – onde a atividade teórica esteve sempre

ligada a uma experiência prática –, essa conferência acabou dando origem a uma proposta feita por ela da formação de uma Comissão de Defesa e Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica Nacional. E assim aconteceu.

Afirma que escreveu o texto no intuito de prosseguir no esclarecimento da opinião pública sobre o tema da nacionalização “nestes Cadernos do Povo que tanto têm contribuído para as campanhas de emancipação nacional” (MIRANDA, 1963, p. 10).

A principal denúncia que fez naquele início de década de 1960 foi que “88% das vendas de remédios são representados por produtos de laboratórios de capital estrangeiro”, com lucros fabulosos. (*Ibidem*, p. 13). Comprovou sua informação com base nos próprios dados oficiais americanos: o Relatório do Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos, citado textualmente: “*Os lucros no Brasil são, normalmente, em bases muito mais elevadas que nos Estados Unidos. Não é raro que uma grande indústria que ali se instale se pague a si mesma em um ou dois anos*”. (*Ibidem*, p. 14, grifos da autora, no documento americano).

O grande escândalo da época – e que causou pedido de comissão de inquérito e ação antitruste no próprio Senado americano – foi o efeito do monstruoso remédio Talidomide sobre as gestantes

que deram à luz crianças deformadas. Quantas mães choram em todo o mundo pelos seus filhos vítimas dessa droga estrangeira? Quantos brasileirinhos sofrem hoje, vítimas de monstruosidades causadas pela droga importada? E são vários os produtos proibidos na América do Norte que os Laboratórios trazem para vender aqui.

Ou seja, que situação a do Brasil! Diante da proibição de determinados medicamentos nos EUA, nosso país fazia parte do bloco de países absolutamente vilipendiados pelo imperialismo, que aqui trazia medicamentos sabidamente criminosos para serem vendidos a fim de evitar a “perda do lote” daqueles laboratórios! O custo de uma denúncia como essa, feita nos *Cadernos*, foi muito grande. Pois essa e outras questões ali levantadas, provocaram a ira de setores conservadores e – como já se referiu no início deste artigo – levou à depreciação do ISEB logo nos primeiros dias de abril de 1964, e o conseqüente impedimento dos volumes da Coleção continuarem em circulação.

A REFLEXÃO DE HELGA HOFFMANN SOBRE O PLANEJAMENTO BRASILEIRO

Quando escreveu o volume *Como planejar nosso desenvolvimento?* (1963), Hoffmann já estava mudando o foco de sua formação acadêmica da Filosofia para a Economia.

A tônica do texto é a de como realizar o desenvolvimento do país a partir da perspectiva do planejamento. Sua argumentação é iniciada descrevendo os fracassos da livre iniciativa e, em seguida, mostrando os elementos do planejamento socialista. É destacada a experiência da União Soviética. Isso era muito comum nos textos da época. Tanto que um dos principais temores das posições mais conservadoras, em meio à Guerra Fria, era o fascínio exercido pela rapidez na superação do subdesenvolvimento realizada pelas experiências socialistas. Isso gerou, no Brasil e fora dele, um conjunto de propostas que se auto-intitulavam como uma espécie de *terceira via*, isto é, nem a entrega total ao imperialismo americano, nem a adesão ao comunismo da URSS. Posições mais progressistas chegaram a propor o que se chamou de terceiro-mundismo.¹⁶

Depois de estabelecer os pressupostos de sua reflexão, Hoffmann passa a tratar da relação entre plano e subdesenvolvimento, buscando descrever experiências que pudessem servir de parâmetro ao Brasil. Nesse espírito, ela aborda as tentativas de planejamento realizadas nos países subdesenvolvidos, destacando o exemplo da Índia.

A segunda metade de seu texto vai tratar exclusivamente do planejamento no Brasil. Sua reflexão, neste ponto, tem um valor histórico, pois resgata: a) como tinham sido feitas as primeiras tentativas de planejamento; b) o Plano de Metas do governo JK; c) considerações sobre planejamento regional, obstáculo dos mais difíceis num país de dimensão continental como o Brasil.

Na sequência, a autora aborda o significado das posições entre estatismo e antiestatismo no Brasil, caracterizando seus expoentes teóricos, respectivamente Roberto Simonsen¹⁷ e Eugênio Gudin. Essa era uma discussão que rendia muitos confrontos naquele momento. Seu valor no texto de Hoffmann é que ela localiza historicamente a discussão entre industrialismo e liberalismo:

¹⁶ Uma análise sobre o pensamento industrialista de Roberto Simonsen, do ponto de vista da análise de ideologia, encontra-se em Vieira (1988).

¹⁷ Detalhes sobre a discussão de nacionalismo e neoliberalismo em Eugênio Gudin estão no livro de Borges (1996).

Nos anos de 1944 e 1945 teve grande repercussão a polêmica sobre o assunto entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Simonsen, paladino da industrialização brasileira, mostrou a impossibilidade de o Brasil percorrer o caminho clássico dos países que se industrializaram no século XIX, e defendeu a necessidade da intervenção estatal e do planejamento econômico para acelerar nossa industrialização. Do outro lado, colocou-se o liberalista Gudin, concentrando seus ataques contra o que chamou de “forjadores de planos” e “proteção paternalística do Estado” e exigindo concentração dos esforços na agricultura, “a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente”. (HOFFMANN, 1963, p. 9)

A autora explica que no início da década de 1960, ainda se travava uma luta entre partidários de diferentes tipos de intervenção do Estado: por um lado, as forças do progresso, “partidárias de um desenvolvimento independente e democrático”; por outro, as forças do atraso, que “expressam a submissão da nossa economia a interesses externos”. Hoffmann é explícita em sua opção pelas forças do progresso, sem ficar na posição teórica de aparente neutralidade, como se apenas estivesse expondo posições contrárias, sem se definir pessoalmente: “É nessa luta que pretendemos tomar partido”. Essa postura, aliás, é uma tônica em todos os autores dos *Cadernos*: ninguém ali escreve sem se posicionar.

O texto é encerrado com uma novidade que havia se colocado à época, ou seja, um plano econômico desenvolvido por Celso Furtado para o governo João Goulart: o Plano Trienal de 1963-1965. A autora explica sinteticamente que o Plano parecia uma tentativa de juntar questões inconciliáveis, “descobrimo-se nele um esforço para agradar a gregos e troianos”, principalmente no tocante à inflação. Assim, em determinados momentos são nítidas as referências às soluções mais entreguistas, como por exemplo corrigir o desequilíbrio inflacionário, financiando o déficit do Tesouro e da política de crédito ao setor privado: “Eis aí teses típicas do FMI, do Sr. Gudin, do IPES, do boletim da CONSULTEC e todos os que estão defendendo a transferência das empresas estatais para os grupos privados” (*Ibidem*, p. 113). Depois, em outros momentos da exposição, o Plano muda totalmente a análise sobre a inflação, apontando-a como resultado da insuficiência do Brasil na capacidade de importar, em consequência da deterioração contínua das relações de troca, e a transferência de renda para o setor exportador.

Em suma, o Plano Trienal de Furtado rivalizava com o programa mais radical das reformas de base, havendo entre as propostas uma disputa de fundo político sobre qual das posições influenciaria mais o Governo João Goulart.

Infelizmente, antes que essa disputa chegasse a um bom termo (ou talvez por isso), irrompeu o golpe militar.

VALIDADE HISTÓRICA DA PRESENÇA FEMININA NOS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Miranda e Hoffmann mantiveram seu compromisso com as lutas por um Brasil, no mínimo, mais digno. As temáticas das quais trataram, envolviam fome e miséria, isto é, um conjunto de questões que, como escreve Céli Pinto, “não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica” (2003, p.45). As denúncias de Miranda sobre a indústria farmacêutica no Brasil exigiram uma coragem pouco frequente nos dias atuais, dado que representavam um enfrentamento direto com as forças econômicas mais fortes do Ocidente capitalista. E não era apenas uma mulher que *escrevia* contra esses monopólios poderosos, o que já se constituiria em tremendo empecilho para sua sobrevivência profissional. Tratava-se de uma médica e que, portanto, teria que continuar atuando no campo do *inimigo*. O mesmo se pode dizer de Hoffmann. O fato de ter sido uma autora dos *Cadernos* – publicado pelo ISEB – “contemplou-a” com a perda de sua função como professora da Universidade de Brasília em função do AI-5. Todo seu foco de atuação teve que recomeçar, praticamente do zero, sendo obrigada a procurar alternativas fora do Brasil, num “auto” exílio muito característico da ditadura militar.

Enfim, o resultado das contribuições teóricas (e políticas) das autoras foi produzido num polêmico momento histórico. E isso não é pouco. Afinal, a história já nos mostrou que não é qualquer pessoa que se dispõe a expor seus pensamentos, e sua atuação concreta, em momentos de possível repressão e perseguição por forças de direita.

Não resta dúvida de que as autoras foram lidas por milhares de brasileiros do pré-1964, pois se o conjunto da Coleção chegou ao extraordinário volume de quase um milhão de edições, seu alcance efetivo foi muito maior, pois, dado o formato de bolso dos *Cadernos*, a divulgação de *mão-em-mão* potencializou ainda mais suas tiragens espetaculares, através de sua inserção junto ao movimento operário, camponês, estudantil, partidos políticos, campanhas nacionalistas, monopólio estatal do petróleo etc.

Considerando todas as condições em que foram produzidos, é inestimável a contribuição dos *Cadernos* em geral, e das autoras em particular, para as lutas daquele período. A resistência do ISEB também não pode ser desprezada, fundamentalmente em seu último período, nas figuras de Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e do editor Ênio Silveira.

Ter participado de projeto dessa envergadura, faz de Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffman duas históricas autoras brasileiras no campo das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bional/Educ, 1996.
- CUNHA, Paulo e CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré — entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP / FAPESP, 2006.
- FÉLIX, Moacyr. (orgs.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 9/10, 2003.
- _____. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22, 2009.
- HOFFMANN, Helga. *Como planejar nosso desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol.14, 1963.
- _____. Depoimento concedido a Ana Paula Goulart, em 15-06-2005, no Projeto Memória Estudantil, disponível em www.memoriaestudantil.org.br/main, acessado em 31/03/2006.
- HOLANDA, Nestor de. *Como seria o Brasil socialista?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 8, 1963.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 1, 1962.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos *Cadernos do povo brasileiro*. In: CUNHA, Paulo e CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré – entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da Unesp / FAPESP, 2006.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 13, 1963.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 11, 1963.

_____. *O petróleo é nosso – a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal*. Petrópolis: Vozes, 1983. [Reeditado em 2004, pela Petrobrás quando das comemorações dos 50 anos de fundação].

_____. Entrevista concedida a Bruno Zornitta, 2006. Disponível em www.midiaindependente.org, acessado em 25/11/2006.

_____. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim, 2009. Disponível em www.paulohenriqueamorim.com.br, acessado em 25/10/2009.

MONTEIRO, Sylvio. *Como atua o imperialismo ianque?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 12, 1963.

OLIVEIRA, Franklin. *Que é a revolução brasileira?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 9, 1963.

PEREIRA, Osny Duarte. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 3, 1962.

PINTO, Álvaro Vieira. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 4, 1962.

PINTO, Céli Regina Jardim. O novo feminismo nasce na ditadura. In: *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas sociais*, São Paulo, n.2, 1997.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: Godinho, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.) *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

- SANTOS, Theotônio dos. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 6, 1962.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 5, 1962.
- SCHILLING, Paulo. *O que é reforma agrária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 10, 1963.
- SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. In: Ferreira, Jerusa Pires (org.). Depoimento a Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra. S.Paulo: Edusp, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 2, 1962.
- _____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- _____. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VIEIRA, Rosa Maria. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia*. Dissertação de Mestrado, História Econômica, FFLCH-USP, 1988.